

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia MINERVA VIMARANENSE: Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

Diga-se a verdade!

Se alguém que não tivesse assistido aos acontecimentos políticos que em Portugal se desenrolaram nos anos de 1906, 1907 e 1908 tentasse formar o seu juízo acerca de João Franco pela leitura dos jornais destes dias, ficaria convencido de que o último presidente de ministério de D. Carlos, fôra uma pobre vítima e os republicanos os seus algozes.

Nós não somos, ao contrário do que muitos supõem, sanguinários e ferozes, prégando o extermínio dos infelizes e reclamando o fusilamento em massa dos indiferentes.

João Franco morreu e não iremos perante o seu cadáver ainda quente, insultar-lhe a memória e esfrangalhar-lhe a mísera carcassa, como não o fizemos enquanto vivo, após o seu afastamento da vida pública. Sabemos respeitar os mortos, procedendo de modo diverso daqueles que por ódio à República gostam de revolver sepulturas de republicanos e cuspir sobre eles a baba peçonhenta do seu rancôr.

Mas não podemos compreender como, a menos de vinte e cinco anos de distância, se adultera a verdade e se transformam factos a que todos nós assistimos ou de que fomos participantes, com o propósito assente de convencer as gerações novas, quantos vieram depois deles, de que fôram os republicanos os culpados das violências praticadas.

Sim, porque só com tal propósito se faz, por não ser possível a ninguém acreditar que assim se proceda por esquecimento. Eles fôram suficientemente dolorosos e sangrentos para que se esqueçam com facilidade, não só por parte daqueles que lhes sofreram as consequências, mas dos que não passaram de meros espectadores.

Cansado de regeneradores e progressistas e vendo crescer, alarmantemente, a onda republicana, o rei D. Carlos procurou afastar o perigo que o ameaçava, praticando um acto de força que o salvasse e aos seus. A monarquia estava coberta de vergonhas e de opróbrio. E ou se mantinha pela violência, aniquilando os seus adversários, ou estes, cada vez em maior número, a liquidavam, sem a necessidade dum tiro sequer. Corrompidos até à medula, desmoralizados pelos crimes praticados e

pelas dissidências que os enfraqueciam e minavam, os dois grandes partidos não podiam, até pelas suas tradições de liberalismo, desempenhar-se dessa missão, auxiliar o rei pimpão na manobra a realizar.

Só havia um homem que, pelo seu feitio, pela sua dedicação, era capaz de ir até ao fim — João Franco. D. Carlos não hesitou, convidando-o a seguir com ele por caminho diferente do que fôra trilhado até então. E seguiram, de facto, esperanças num triunfo retumbante, que o uso do poder, de resto, facilitava.

Todos sabem o que fôram esses vinte longos meses de caça, de violências sem nome, de perseguição atrás, não só aos adversários do regime, mas aos próprios monárquicos que receavam pela segurança do soberano e do trono, a ponto de Júlio de Vilhena exclamar profeticamente que aquilo acabava por uma revolução ou por um crime.

São de ontem estes acontecimentos, do nosso tempo, de quando já todos nós eramos homens. Ouve-se ainda o rumor dos protestos, o fragor da fusilaria, o choro angustiado de tanto ser inocente.

Como se atrevem, pois, os que hoje falam deles a adulterá-los, a mentir, de modo a lançarem sobre os republicanos — que o mesmo é sobre a República — o laben infamante que não pertencerá a João Franco, se assim o quiserem mas que cabe inteiro ao regime que ele serviu?

Já dissemos que não temos prazer em remexer sepulturas e cuspir sobre elas, como tantos dos nossos inimigos. João Franco morreu; que repouse em paz. Mas proclame-se alto e bom som a verdade, porque ela deve estar para todos, amigos ou inimigos, acima das paixões que nos dividem e das conveniências de momento.

A verdade é só uma, e é proclamando-a a través de tudo e seja contra quem fôr, que se ganha autoridade e bem se serve a nossa profissão.

De "O Povo".

A V I S O

São por esta forma avisados os cidadãos que tiraram as suas licenças de uso e porte de armas desde Janeiro e aqueles que as apresentaram em Fevereiro, de que já vieram do Arsenal do Exército, devendo o mais breve possível, ir buscar os respectivos alvarás, que se encontram na Secção Administrativa da Câmara Municipal.

A história triste da vila de Magui

No antigo país de Nobal, cujo início se perde na poeira dos tempos e que para sempre desapareceu no cataclismo imenso que deve ter sido a submersão da grande Atlantida, havia uma velha e nobre vila, a vila de Magui, a mais velha e a mais nobre, onde as artes e as indústrias floresceram a um ponto tal, que dos logares mais afastados do país vinham a ela, em intermináveis caravanas, os negociantes fazer as suas compras.

Pelo seu trabalho, pela sua lealdade e pela sua nobreza, Magui soube impôr-se à consideração dos governantes. Para guarda do seu histórico castelo foi destacada uma importante força de guerreiros; abriram-se escolas de commercio e industria e um ginásio onde se frequentava um curso completo de ensino secundario, foi fundado.

O povo laborioso continuava a produzir, contente por ver o carinho com que os homens que mandavam o alhavam do alto dos seus logares.

A fama dos seus productos atravessou as fronteiras e tornou conhecido ao estrangeiro o nome sacratissimo desse país sublime que se chamava Nobal.

*

Ora o rei de Ditami, país vizinho, encantado com todas as maravilhas que lhe contavam desse grandioso Nobal, onde a brisa tinha afagos de namorada, onde as aves subiam muito alto no azul do firmamento para com seus cantos agradecerem a Deus as belezas que a flux espalhou por todo aquele rincão florido, onde os lírios e as boninas se miravam orgulhosas em cristalinos arroios sussurrantes, tocado n'alma pelo anjo mau da cubiça, mandou um dia aprestar os seus exercitos, e sitiou e venceu esse nobre, mas agora infeliz, país de Nobal. A velha guarda do castelo de Magui também luctou, mas foi vencida.

*

Os tempos foram passando sem que uma alvorada de redenção surgisse para o tristissimo povo de Nobal. Um dia, porem, um magestoso grito de revolta correu de norte a sul, e os centuriões e guerreiros de Magui juntaram a sua sorte á doutros seus colegas do país, e pegaram em armas contra Ditami. Ainda desta vez a má sorte os perseguiu, e vencidos e presos foram mandados numa caravela para o país de Prettoc.

A vila de Magui, estranha a todos estes sucessos, nobre e leal, continuava a trabalhar.

A fúria de Ditami, porem, em breve se fez sentir. Tiraram-lhe os seus guerreiros; o ensino foi reduzido nas suas escolas e as contribuições fortemente aumentadas. O povo gemeu, e sentido por tanta injustiça, fez chegar até Ditami o clamor do seu protesto: — Senhor! que razão ha para que sejamos tratados assim? Não vos pagamos nós em dia as

contribuições que nos lançastes? Não somos nós o mais leal e nobre dos povos de Nobal? Vê o nosso povo que produz e trabalha e que por isso tem jus a ser por vós olhado com respeito.

Ditami não quiz ouvir os fortes clamores deste povo nobilissimo que nada mais pedia do que justiça. Cansados, porem, de clamar no deserto, os representantes do povo, nomeados por Ditami, disseram:

— Não podemos ficar à mercê de uma reparação que nunca chega. E' necessário que Ditami em pessoa descanse dentro dos nossos muros; que examine a nossa industria, que, em suma, fique sabendo que este povo pede somente aquilo que tão injustamente lhe foi tirado, e a que pela sua importancia tem direito.

E metendo-se a caminho foram convidar o soberano a visitar oficialmente a sua nobre vila. Aceite o convite e designado o dia da visita, partem pressurosos a levar a noticia a todo povo de Magui.

E é ver agora o afan de toda aquela gente! Despresados, ofendidos, tudo esquecem, e á porfia trabalham para receberem condignamente o seu agressor; tiram das velhas arcaas os seus mais finos tecidos de seda e lançam-os nas janelas; colhem dos seus jardins as mais belas e odoríferas flores para o vitoriarem á sua passagem; limpam e embelezam a «sua casa do povo» para lhe apresentarem os seus cumprimentos de boas-vindas e ornamentam magestosamente o grande palacio que o receberá durante a sua estada na linda Magui. Dão-se todas as mãos sendo um por todos, e todos, pela grande, pela nobre, pela sublime, pela sem igual Magui, a pobre martir.

E o soberano veio. E o soberano viu. Tudo se lhe mostrou. O trabalho das suas fabricas, o tesouro sublime dos seus monumentos antigos, a beleza dos seus campos, a maravilha natural dos seus montes, e sobretudo a alma pura do seu povo.

E contente partiu Ditami, e contente voltou o povo a fazer gitar o mecanismo complicado das suas fabricas, certo de que a hora da reparação havia chegado.

Como se enganava, porem, aquela pobre gente!...

Os tempos passaram e Ditami esqueceu. Ao principio vagas promessas logo retardadas por superiores razões de Estado, e mais tarde... mais tarde... até essas promessas morreram para sempre. Mas o povo leal, feliz porque soube cumprir o seu dever, continuou a trabalhar afirmando sempre com nobreza a sua vitalidade, e, a pesar de despresada pelos «Poderes do Estado», conseguiu fazer chegar até nós a sua infeliz historia, a que o mar pôz fim nesse cataclismo imenso que deve ter sido a submersão da grande Atlantida.

*

E' esta a triste historia do povo de Magui, vila nobre e honrada do reino de Nobal.

Coisas e Loisas

Pouco curam os pais das vocações dos filhos, e contudo, dêste facto graves inconvenientes resultam, quer para o individuo, tantas vezes deslocado em suas aptidões, quer para a colectividade. Que isto é assim, diz-lo Nemo, transcrevendo em «A Voz» adequado texto de autor célebre.

Nemo tem carradas de razão para falar de papo no assunto. Ele que dava um talentoso inquisidor-mór, um Torquemada singular, ou, pelo menos, um reverendissimo sacristão, viu-se transformado em engenheiro, conselheiro, director de lamparinas, tocador das sete gaitas, enfim. Pirraças do destino.

Mas, que dirá Nemo da vocação ou *embocadura*, clerical dos seminaristas arrebanhados, por esse país fora e por esse mundo dentro, na tenta idade da infancia, nos verdes dias do pião e do pappagaio? Que dirá o ilustre *sociologo* dos pobres diabos arrastados para o celibato — mesmo para inglês vêr — em idade em que de tal coisa não fazem a menor ideia? Que dirá êle, o engraçado psicologo, ao vêr passar, a dois de fundo, as criancinhas roubadas ao arado e á terra, destinadas a vazar na mão férrea da intolerância o que de melhor receberam da providência: o espírito e o cérebro? Com que direito se atrevem a falar de vocações os que condemnam a razão, pregam o sacrificio da vontade e não escolhem meios para subjogarem as próprias consciências? Com que cara pode um Nemo qualquer, um fanático como tantos, falar de vocações, do livre exercício da vontade, quando por sua acção as tolhe e desvia?

Sume-te, diabo. Este fiel vasallo ou não está bom do miolo, ou se julga em terra de pretos.

*

Aqui sim; aqui, em coisas da religião, é que Nemo lavra como piolho em roupa lavada. A tocar na flauta divina nem os harmoniosos pastores das doces églogas lhe levam as lampas. E' certo que de vez em quando dá fífia. Há-de sêr o hábito da asceta, que no assunto é êle mestre, pontífice, alho, por excelência. E' ver como se espanja e refocila pelos tortuosos caminhos do Calvário, pelos sinuosos meandros do «drama litúrgico da grande semana», como rejuvenesce, como se pavoneia, arrogante, sugestivo, tesoso como um virote no espartilho férreo da verdade revelada.

Enquanto o Filho do Homem agonisa no Gólgota, Nemo desfaz-se em hossanas ao «alicerce granítico da história de Cristo». E argumenta prespicás, solerte, com aquela cara que lhe conhecem e a verdade e o desplane que todos podem vêr e medir.

«A razão revoltada e orgulhosa, diz o alho, prometeu-lhe (á humanidade) a emancipação de Deus e o paraíso na terra, assegurado pelos frutos da arvore da sciência. Esses frutos venenosos aí os tivemos, não há muito, num cataclis-

Z.

mo sem igual, nessa guerra feroz e sangrenta em que sossobram todas as conquistas cristãs dos direitos das gentes...

E' o triunfo da razão emancipada, da consciência autónoma, da ciência sem Deus...

Assim mesmo é que discorre o cérebro de Nemo, espremido na prensa do seu sectarismo rancozoso.

Com que então a guerra, a última guerra, foi obra da razão revoltada, foi mais um fruto da árvore da ciência? E as outras, as mil e uma guerras em que a sociedade se viu envolvida, quando a igreja imperava? E as guerras, os morticínios, os massacres, que a própria igreja organizou e levou a cabo?

A árvore da ciência...? Porque não fala Nemo na árvore do Paraíso, aquela árvore-ratoeira onde se escondeu a tal serpente do mal, que havia de codilhar o pateta de Adão? Essa sim, que, graças a Deus, então chamado Gehovah, deu belos frutos.

Com a guerra sossobram todas as conquistas cristãs do direito das gentes...

Hom'essa! Então 4 ou 6 anos bastam para aniquilar uma obra de séculos, de dois mil anos, uma obra que não é humana, mas divina, uma obra que não há raio que a parta? Hom'essa!

Por outro lado, que entenderá Torquemada por direitos das gentes? Se ele não quer a consciência emancipada, livre, responsável, que ideia fará ele disso? Valham-nos as fogueiras do Santo Ofício...

A ciência para Nemo é a reencarnação de Lucifer. Que mal pode a ciência fazer a Deus? Se ele existe, ela o encontrará, porque procura a Verdade, não a verdade condensada em dogmas irritórios ou nas afamadas pastilhas do «Crê ou morres», mas aquela verdade sinónimo de perfeição, o latego com que a razão e a consciência humanas hão-de afugentar os vendilhões, os sofistas, que puseram um balcão diante da cruz, para lá venderem a peso de ouro os artificios, os pós de pir-lim-pim-pim da seita.

Fraternidade...? Quem melhor a pregou e exemplificou de que Cristo a quem mais a nega do que os que, em nome d'ele, se esfalfam a vociferar contra a razão e a consciência emancipadas? Pelas conquistas cristãs no campo de direito das gentes lutamos nós, os que no cristianismo, isto é, na moral cristã, vamos buscar alento e força para prégarmos a igualdade perante a lei, a fraternidade humana, a liberdade das consciências. Não é por essa humanidade dividida e subdividida em castas e classes que Cristo se deixou matar, por essa humanidade de senhores e vassallos, exploradores, no sentido depreciativo do termo, e explorados, mas por essa outra que a razão e a consciência hão-de construir, com o homem irmão do homem, cada um valendo por suas obras e virtudes, todos ajindo para o bem comum.

A Igreja perverteu a obra de Cristo; dele fez seu tótem, seu amuleto, que apresenta às multidões facilmente suggestionáveis, não como o apóstolo sublime da moral e da virtude, mas como o mártir, a vítima sangrenta, chegada, de um erro monstruoso da justiça humana. Que o adorem pelo muito que sofreu; o resto, a sua bondade, as suas virtudes, o seu despreendimento das coisas terrenas, a sua moral, nem a Igreja as toma a sério. Olha para o que eu digo... dir-me-hão. Mas, não. O exemplo é o melhor mestre, e o exemplo é simplesmente detestável.

Organizada democraticamente, cedo perdeu essa feição a Igreja, é a mais prepotente aristocracia que ente nós vegeta.

Não pode, mas, se pudesse, acenderia de novo as suas depu-

Orfeão de Fafe

Guimarães, terra laboriosa e hospitaleira, honra-se por receber hoje, dentro dos seus muros, os componentes do magnífico corpo coral do excelente Orfeão da visinha e pitoresca vila de Fafe, dirigido com inteligência pelo distinto e consagrado maestro Ex.^{mo} Sr. Capitão Joaquim António do Moraes, e que realizará à noite, pelas 21 horas, um interessante sarau d'arte, no Teatro D. Afonso Henriques, em honra da Associação de Classe dos Empregados do Comércio e dedicado às gentilíssimas Damas Vimaraneses.

O programa, soberbo e atraente consta do seguinte:

Apresentação do Orfeão, pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. José Pinto Rodrigues, nável e distinto advogado vimaranense.

Saúdação às Damas, Soneto pelo Ex.^{mo} Sr. António Viana de Vilas Bôas.

Primeira Parte — Pelo Orfeão, sob a regência do Ex.^{mo} Sr. Capitão Joaquim António de Moraes.

Canto de Guerra, Spohr; Avé Maria, Manuel Ferreira; Hino à noite, Rousselle; Cântico de Caçadores, Weber; Macstoso, Beethoven; Vento d'Outono, Root; Cantos Portugueses (tapsódia), Josué Trocado.

Intervalo de 10 minutos.

Segunda Parte — Pelo Grupo Scénico, Sob a direcção artística do Ex.^{mo} Sr. António Viana de Vilas Bôas.

Corôa de Rosas, Episódio dramático num acto, em verso, original do illustre poeta Carlos de Moraes.

Intervalo de 10 minutos.

Terceira Parte — Pelo Grupo Scénico, Revista, Vista e Revista. (Originaes de uns e outros).

Arranjo revístico em 2 actos, um prólogo e duas apoteóses, do Ex.^{mo} Sr. António Viana de Vilas Bôas, com música original do Ex.^{mo} Sr. Capitão Joaquim António de Moraes.

A Associação dos Empregados do Comércio prepara-lhes uma carinhosa recepção, tendo feito convites a todas as colectividades vimaranenses.

A casa está completamente pasada não havendo um lugar devoluto.

Falta de espaço

Somos obrigados a deixar para o próximo número, alguma colaboração, entre ela a transcrição, de «Cartas da Província» do n.º 373 — 2.ª série, do nosso estimado colega «República Social».

radoras fogueiras e reduziria a torresmos os Brumos e os Galileus que ousassem dizer a verdade em nome da Razão; não pode, mas, se pudesse, espalharia de novo por todo o mundo os tentáculos do seu «Index» e a ciência e a consciência rastejariam, humilhadas, sob a tutela feroz da teologia; não pode, mas, se pudesse, importaria reis aos povos, regimes políticos às gentes, e de novo as cruzadas vasculhariam o mundo à cata de hereges, destruindo, pilhando, violando, incendiando, na mira sagrada de enfeudar à igreja, a Deus, dizem os Nemos, a razão e a consciência universais. Se ela pudesse, que o querer não lhe falta, os homens seriam miseráveis títeres e deslocar-se-iam na vida como as figuras num presépio de igreja: segundo a vontade e o capricho do abade. E a felicidade estaria nisso. Narcotizado o homem aceitaría, impotente, a tirania e Pio nono seria um símbolo e os papas Bórgias veriam santificadas as suas bacanaes.

Ah, que se a igreja pudesse!... Se Nemo pudesse!

A miséria

A crise de trabalho — de que tantas vezes temos falado — é como uma fita cinematográfica, que, conforme se vai exibindo, assim os espectadores vão tomando conhecimento da scena que se vai desenrolando — umas vezes cheia de encantos, outras vezes cheia de tristezas!

No caso presente, são somente coisas tristes que todos nós contemplamos no continuo cenário da vida, onde não encontramos nada de belo, nada de agradável, nada de Cívico!

E' a fita trágica da fome — envolvida em ondas negras de desespero e de dôr — que se desenrola em muitas terras do País, e designadamente em determinadas localidades onde mais se acentua, e onde produz em maior escala os seus maiores e mais desumanos efeitos.

A fome! Quem há que não pronuncie com a mais íntima compaixão esta palavra, sobretudo quando há o verdadeiro conhecimento de que ela traduz a sua própria significação — *escassez, miséria, etc.*!

A fome! Quem há que não tenha pena de todos os seus semelhantes que são vítimas desta onda de tempestade furibunda que avança para o lar de tantos infelizes?!

A fome! Quem há que não sinta inteira e absoluta comiseção ao ouvir as lamúrias de tantos velhinhos e velhinhas, que, impossibilitados de lutarem pela vida, vêem esgotados os recursos daqueles que os socorriam com o pequeno salário que auferiam do seu trabalho!

A fome! Como é ingrata e traçoira esta palavra!...

A fome — que vai roubando a saúde a uns e a própria vida a outros — é inevitavelmente a consequência mais dolorosa da crise de trabalho. Por isso a nossa pena não se cansará de pedir — todas as vezes que lhe seja possível — que sejam tomadas providências afim de alguma coisa se resolver neste sentido, o que consiste em pouco: continuar certos trabalhos e principiar outros, visto que as receitas continuam a ser arrecadadas para este fim. Isto relativamente ao que diz respeito à nossa Terra, e para cujo assunto chamamos a esclarecida atenção do Senhor Presidente da Comissão Administrativa da Câmara, que de certo há-de sentir o mesmo que nós sentimos, e pensar o que nós pensamos. Não há, pois Senhor Presidente que hesitar; os trabalhos da Câmara não podem nem devem continuar paralizados. Eles devem continuar — mas continuar a sério — que re porque a opinião pública assim o deseja, que re porque é necessário contribuir — tanto quanto possível — para aliviar o infortúnio daqueles que estão sujeitos às maiores privações imagináveis devido à falta de trabalho. E, Senhor Presidente, falando em trabalhos da Câmara queremos referir-nos àqueles para os quais são cobradas receitas especiais, em virtude do

Desafronta

Da Delegação da Sociedade Histórica Independência de Portugal, nesta cidade, recebemos a comunicação, que a seguir transcrevemos:

«Excelentíssimo Presidente Ministério — Lisboa — Delegação de Guimarães da Sociedade Histórica Independência Portugal saber carta publicada jornal «Seculo» 15 corrente estar exposto á venda nessa cidade mapas grandes dimensões com designação Mapa da Espanha onde figura extremo occidental Península principalmente Portugal e ilhas adjacentes. Esses mapas afronta nosso brio. Portugal nação autonoma livre independente não pode fazer parte mapa sob titulo de Mapa da Espanha. Contra este facto afrontoso nosso patrimonio protesta esta Delegação esperando confiada immediatas medidas que Vossa Excelencia como Ministro Interior tomará no sentido ser proibida venda e inutilizar exemplares existentes. Patria! Autonomia! Independencia! — Presidente — Antonio Vieira de Andrade.»

Perfilhamos em absoluto o telegrama enviado do Sr. Presidente do Ministério e Ministro do Interior, sobre a canalhice de quere-m *nuestros hermanos* que Portugal, nação livre e independente, seja pertença, ou fique como sendo território hespanhol. Estes senhores hespanhóis são de uma tal indignidade que, é preciso, por todos os meios ao nosso alcance, corrê-los em toda a linha.

Muito bem fez a illustrada Delegação de Guimarães, em enviar o telegrama referido, porque tal afronta aos nossos brios de nação autónoma, só poderá ser resgatada com a inutilização d'esses infames mapas, e até com o pedido de reclamações formais, por parte do nosso embaixador naquella nação. Tal indignidade, não pode passar em julgado, sem o nosso protesto também.

DOENTES

Tem estado gravemente enfermo o nosso bom amigo Sr. Inácio da Fonseca, empregado na Escola Industrial Francisco de Holanda.

— No «Sanatorio Hospital Rodrigues Semide» encontra-se o nosso presado amigo e estimado empregado comercial sr. Antonio Augusto da Costa, cunhado do nosso dedicado correligionário sr. Avelino Faria Guimarães.

— Na sua casa de Quintãs — S. Torcato — encontra-se desde ha dias bastante enfermo, o nosso bom amigo sr. José Ribeiro de Faria Abreu, sobrinho do nosso prestante correligionário sr. João de Faria Sousa Abreu, tesoureiro municipal.

— Na sua casa de Urgezes, esteve algo encomodado, o nosso estimado amigo e prestimoso correligionário sr. José Teixeira, conceituado comerciante naquella freguesia.

Dr. Jerónimo M. Rocha

Foi promovido à 2.ª classe e colocado na Comarca de Gouveia, este nosso estimado amigo e prezado correligionário, actual Delegado do Procurador da República em Alcácer do Sal.

Os nossos cumprimentos.

que não deve faltar verba. Esperamos, pois, que V. Ex.^a — que tem dispensado a outras causas os seus valiosos esforços — não deixe de se interessar pela causa de que vimos falando — a crise de trabalho.

Aviso aos contribuintes

Prédios urbanos

Todos os proprietários, usufrutuários ou senhorios uteis de prédios urbanos, são obrigados a declarar em impressos próprios, em relação a cada prédio, a sua situação, confrontação, superfícies coberta, numero de andares e suas divisões, com indicação das destinadas a habitação e a commercio, industria ou profissão, área dos terrenos applicados para jardim, quintal, parque, alameda ou semelhante, isolados ou anexos ao prédio urbano, que lhe sirvam de recreio ou logradouro, importância annual por que o prédio está arrendado e renda que lhe atribui quando esteja habitado pelo declarante ou devoluto. São comprehendidas nesta declaração as dependencias cobertas dos prédios urbanos quando destinados guarda ou recolha de productos necessários à sua manutenção do seu habitante, à criação e guarda de animais domésticos para seu uso ou consumo e à guarda de veículos de qualquer natureza para seu cómodo pessoal. Estas declarações devem ser apresentadas na Repartição de Finanças, durante os meses de Maio e Junho próximo, em duplicado.

Contribuição industrial

Todos os contribuintes comprehendidos nos grupos B. e C. e os empregados por conta de outrem devem apresentar até 30 do corrente mês, as declarações exigidas pelos artigos 38.º, 50.º e 66.º do Decreto n.º 16.731, de 13 de Abril d'este ano, em impressos próprios.

Ficam sujeitos ás penalidades legais os contribuintes faltosos.

ATELIER DE CHAPEUS

PARA SENHORA E CREANÇA

RUA DE S. DAMASO, 89-GUIMARÃES

Maria do Ceu Mendes Silva, participa ás suas Ex.^{mas} clientes e damas em geral, que em breves dias receberá um lindo e variado sortido de chapéus de palha, que venderá ao limitadíssimo preço de 48\$00

Não comprem sem confrontarem os preços e qualidades desta casa.

Catálogo de Livros

Está publicado um bem elaborado catálogo de livros antigos e modernos, estimados, curiosos e raros, que constituem parte do recheio da biblioteca do escritor Sr. Delim Guimarães e que será vendida em Lisboa, por intermédio da Livraria Moraes, no próximo mês de Maio.

Este catálogo, brilhantemente prefaciado pelo distinto escritor Sr. Albino Forjaz de Sampaio, contem algumas reproduções de frontispício de vários livros, pôde ser requisitado áquella livraria.

Agradecemos o exemplar recebido.

Capitão Domingos José Vieira de Andrade

De Loanda, onde esteve deportado por motivos da revolta militar de Fevereiro de 1927, regressou à metropole o nosso bom amigo e indefectível republicano Ex.^{mo} Sr. Capitão Domingos José Vieira de Andrade, brio official do exercito.

Este número foi visado pela Comissão de Censura